

SPE Santa Lucia

Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretores da
SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem ressalvas separado, com data de 31 de março de 2025.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.849	11.274	Fornecedores		2.865	2.005
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	7	10.080	8.504	Financiamentos	13	20.872	19.564
Impostos a recuperar	9	697	2.271	Impostos e contribuições a recolher	17	1.241	1.119
Adiantamentos a fornecedores		1.231	511	Encargos setoriais		226	156
Partes relacionadas	14	1.782	-	Adiantamento de clientes	15	2.389	3.428
Despesas pagas antecipadamente		32	717	Dividendos a pagar		9.167	8.498
Outros créditos a receber		28	253	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	12	2.711	1.903
Total do ativo circulante		17.699	23.530	Passivo de arrendamento	16	279	263
				Mútuos Controladas e Coligadas		-	-
Não circulante				Outros passivos circulantes		296	-
Impostos e contribuições a recuperar		-	-			40.046	36.935
Títulos de crédito a receber	8	13.473	10.455	Total do passivo circulante			
Impostos Diferidos		16.715	17.238				
Aplicação financeira - Conta Reserva BNDES		11.558	12.106				
Cauções		68	68	Não circulante			
				Financiamentos	13	411.092	410.540
Imobilizado	10	367.171	378.824	Passivo de arrendamento		-	218
Intangível	11	48.433	50.625	Total do passivo não circulante		411.092	410.758
Bens de direito de uso		167	369				
Total do ativo não circulante		457.585	469.684	Patrimônio líquido			
				Capital social	18	153.714	153.714
				Reserva de capital		-	1
				Reserva legal		13.139	11.088
				Reserva de deságio de investimentos		896	896
				Reservas de lucros		41.500	44.502
				Reserva de incentivo fiscal - SUDAM		6.435	4.134
				Proventos excedentes da contabilidade societária		(191.538)	(168.815)
				Total do patrimônio líquido		24.146	45.521
Total do ativo		475.284	493.214	Total do passivo e do patrimônio líquido		475.284	493.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Operações em continuidade	20	105.678	101.096
Disponibilização do sistema de transmissão		105.678	101.096
Tributos		(9.732)	(9.351)
PIS		(1.736)	(1.668)
COFINS		(7.996)	(7.683)
Encargos		(1.329)	(1.282)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(416)	(375)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(913)	(907)
Receita líquida		94.617	90.463
Custos e despesas	21	(34.252)	(34.882)
Pessoal		(9.020)	(10.653)
Material		-	(6)
Serviços de terceiros		(6.154)	(5.144)
Arrendamento e aluguéis		(529)	(412)
Depreciação e amortização		(15.670)	(15.782)
Seguros		(787)	(814)
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.092)	(2.071)
Resultado da Atividade		60.365	55.581
Resultado Financeiro		(40.554)	(39.471)
Receitas financeiras	23	2.682	3.252
Despesas financeiras	23	(43.236)	(42.723)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		19.811	16.110
Despesa com impostos sobre o lucro		(1.518)	(1.969)
Corrente		(1.518)	(1.969)
LUCRO DO EXERCÍCIO		18.293	14.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRAGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais , exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>18.293</u>	<u>14.141</u>
Total resultados abrangentes	<u><u>18.293</u></u>	<u><u>14.141</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais , exceto quando indicado de outra forma)

Reservas de lucros										
Nota	Capital social	Reserva deságio investimento	Reserva Legal	Reserva Especial de Dividendos	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Incentivos SUDAM	Proventos excedentes da contabilidade societária	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	153.714	896	9.225	3.933	42.848	2.730	(145.698)	-	-	67.649
Outros	-	-	-	-	28	-	-	-	-	28
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	14.141	14.141
Constituição da reverka legal	-	-	1.863	-	-	-	-	-	(1.863)	-
Constituição da reverka de incentivos - SUDENE	-	-	-	-	-	1.404	-	-	(1.404)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	(3.933)	(23.867)	-	-	-	-	(27.800)
Dividendos Mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.498)	(8.498)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	25.493	-	-	-	(25.493)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	(23.117)	-	23.117	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	153.714	896	11.088	-	44.503	4.134	(168.814)	-	-	45.520
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	18.293	18.293
Constituição da reserva legal	-	-	2.051	-	-	-	-	-	(2.051)	-
Constituição da reserva de incentivos - SUDENE	-	-	-	-	-	2.301	-	-	(2.301)	-
Dividendos Mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.166)	(9.166)
Realização de reserva de lucros	-	-	-	-	(30.502)	-	-	30.502	-	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(30.502)	-	(30.502)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	27.499	-	-	-	(27.499)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	(22.724)	-	22.724	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	153.714	896	13.139	-	41.500	6.435	(191.538)	-	-	24.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais , exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	18.293	14.141
Ajuste para:		
Depreciação e Amortização	15.670	15.782
Encargos de dívidas e juros	43.101	42.576
Juros sobre contrato de arrendamento	-	(138)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	994	1.968
	<u>78.058</u>	<u>74.329</u>
Variações em:		
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	(4.593)	(307)
Impostos e contribuições a recuperar	2.097	(263)
Adiantamento a fornecedores	(719)	699
Outros créditos a receber	910	(706)
Serviços próprios	(1.782)	
Fornecedores	860	656
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	808	1.282
Adiantamento de Clientes	(1.039)	2.111
Impostos e contribuições a recolher	(102)	75
Encargos setoriais	70	-
Arrendamento	(218)	-
Outras contas a pagar	311	(52)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(3.396)</u>	<u>3.495</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(768)	(993)
Juros pagos de debêntures	<u>(22.085)</u>	<u>(22.034)</u>
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>51.808</u>	<u>54.797</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicação financeira	548	(1.188)
Aquisição Imobilizado/intangível	<u>(1.623)</u>	<u>(38)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(1.075)</u>	<u>(1.226)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(19.157)	(18.057)
Pagamento de dividendos	<u>(39.000)</u>	<u>(38.340)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(58.157)</u>	<u>(56.397)</u>
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(7.425)</u>	<u>(2.826)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.274	14.099
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>3.849</u>	<u>11.274</u>
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(7.425)</u>	<u>(2.826)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SPE Santa Lúcia Transmissora de Energia S.A. ("Santa Lucia" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 6 de janeiro de 2016, e é controlada pela Verene Energia S.A. Possui como objeto social a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, incluídas a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que consistem em:

Instalações de Transmissão localizadas no estado de Mato Grosso, compostas pelo segundo circuito da Linha de Transmissão em 500 kV entre as subestações Jauru e Cuiabá, em circuito simples, com extensão aproximada de 355 km; entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A companhia iniciou suas operações em abril de 2019.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão são como segue:

<u>Número</u>	<u>Anos</u>	<u>Prazo</u>	<u>RAP 24/25</u>	<u>Índice de Correção</u>
07/2017	30	11/03/2046	R\$97.959	IPCA

A Companhia receberá, pela prestação do serviço público de transmissão, a RAP, por meio de resolução homologatória (REH) emitida pela ANEEL, atualizada no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP da Companhia é de R\$97.959, conforme Resolução Homologatória nº 3.348/2024.

A Receita Anual Permitida ("RAP") garante que a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Companhia ocorreu por meio da REH 2.882 (vigente a partir de 1º de julho de 2021), que reajustou a RAP em 9,40%.

1.1. Concessão

Localizada no estado de Mato Grosso, composta pela linha de transmissão entre as subestações de Jauru e Cuiabá, com extensão de 355 km, decorrente do edital de leilão nº 05/2015 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, processo nº 48500.00333/2015-19 e possui prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em março de 2046, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 331219/2024 emitida pelo órgão ambiental estadual SEMA-MT, com validade até 6/01/2029.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada em 30 de abril de 2025 pela Diretoria.

1.2. O Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, que possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por grandes distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso de reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas partes da potência da usina.

1.3. Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2024 foi negativo em R\$22.347 (R\$13.405 em 2023). O capital circulante líquido é decorrente de um passivo circulante que inclui empréstimos a serem liquidados nos próximos 12 meses, além de dividendos a pagar ao acionista enquanto o ativo circulante contempla apenas a parcela a receber de RAP. A Companhia não identificou outros indicativos sobre a existência de incerteza relevante quanto à continuidade operacional, uma vez a geração de caixa futura será suficiente para cobrir as necessidades financeiras ao longo do próximo ano.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2022 da ANEEL.

Existem diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das Demonstrações Financeiras Societárias e as Demonstrações e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, uma vez que o MCSE exige tratamentos e divulgações alternativos para certas práticas contábeis e de divulgação das demonstrações contábeis regulatórias. As diferenças entre as práticas contábeis regulatórias e as práticas contábeis adotadas no Brasil estão demonstradas na nota explicativa nº 26.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Provisão para riscos

As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

2.4. Informações por Segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e tem como atividade a disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Este contrato estabelece os termos e as condições que regulam a ONS na cobrança e liquidação dos encargos de uso de transmissão, sem a interferência da Companhia sobre a definição dos usuários e quanto cada um pagará pelo acesso das linhas de transmissão. A gerência e administração do contrato será de inteira responsabilidade do ONS, sem qualquer obrigação contratual direta da Companhia frente aos usuários que acessarão a linha de transmissão.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS MATERIAIS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras societárias descritas na nota explicativa 2.4, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

a) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Os itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. O custo inclui todos os gastos que são diretamente relacionados à aquisição de um ativo.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada um de seus componentes. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação do imobilizado operacional estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido através da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.

b) Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

c) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas por “impairment” a serem reconhecidas no período apresentado.

d) Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da Receita Anual Permitida (“RAP”). A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

e) Arrendamentos

Em decorrência da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022, o CPC 06 (R2) Arrendamentos foi adotado pela ANEEL e sua aplicação deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento” referente aos pagamentos futuros e “Imobilizado” referente o direito de uso (nota 10 e 16).

3.1. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigor em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7 das demonstrações financeiras societárias do exercício de findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de performance.

- ICPC 01 - Contratos de Concessão

Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

- ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

4. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros e risco regulatório.

a) Risco de crédito

Salvo pelo contas a receber de concessionárias e permissionárias, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas ou agentes que utilizam a infraestrutura do Sistema Interligado de Nacional - SIN, cuja concessão da Companhia faz parte, por meio da tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. Essa tarifa advém do rateio entre os usuários do SIN de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"); e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou aos vários agentes de geração, distribuição e consumidores livres a obrigação do pagamento mensal da RAP que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo, apresentando baixo risco de crédito.

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo do contas a receber de concessionárias e permissionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que existe uma robusta estrutura de garantias gerenciada pelo ONS para cobrir as obrigações dos agentes.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar os limites e indicadores previstos nas cláusulas dos contratos de empréstimos e a liquidez suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações de baixo risco, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para se adequar ao planejamento financeiro da companhia.

c) Risco de taxa de juros e inflação

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui instrumentos financeiros expostos ao risco da taxa de juros e inflação.

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

Indicadores Ativo	Exposição Realizado (i)	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI/Selic	10,83%	15,00%	18,75%	22,50%
Caixa e Equivalentes	3.849	577	722	866
Indicadores Passivo	Exposição Realizado (i)	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II +25%	Cenário III +50%
IPCA	4,83%	5,50%	6,88%	8,25%
Financiamentos	431.964	(23.758)	(29.697)	(35.637)
Despesa líquida das variações		(23.181)	(28.975)	(34.771)

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 24 de janeiro de 2025.

d) Risco Regulatório

A extensa legislação e regulamentação governamental emitida pelos órgãos Ministério de Minas e Energia - MME, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e Ministério do Meio Ambiente impõe uma série de normas e obrigações que a concessionária deve respeitar na exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica. O descumprimento destas obrigações impõe penalidades às concessionárias e em casos extremos a perda da concessão.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros são compostos como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo a custo amortizado</u>		
Contas a receber de concessionárias	10.080	8.504
Aplicação Financeira - Conta Reserva BNDES	3.849	12.106
Caixa e equivalentes de caixa	11.558	11.274
Total	25.487	31.884
<u>Passivos a custo amortizado</u>		
Financiamento	431.963	430.104
Dividendos	-	8.498
Fornecedores	2.865	2.005
Total	434.828	440.607

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Curto Prazo</u>		
Bancos conta movimento	6	24
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	3.843	11.249
Total	<u>3.849</u>	<u>11.274</u>
<u>Longo Prazo</u>		
Aplicação financeira - Conta reserva - BNDES (b)	11.558	12.106
Total	<u>11.558</u>	<u>12.106</u>

(a) Aplicações financeiras de liquidez imediata são investimentos em CDB de liquidez diária, remunerados a taxas que variam em torno de 100,0% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

(b) A aplicação financeira - Conta reserva - BNDES se refere a investimento em fundo com lastro em títulos públicos de baixo risco. Esta conta reserva foi constituída devido à exigência contratual do Financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES, onde a Companhia deve manter três vezes o valor da primeira prestação mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato, até a liquidação total da obrigação. Ver detalhes sobre o financiamento junto ao BNDES através da nota explicativa nº 14.

7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Corrente a vencer	Corrente vencida				Total 2024	Total 2023
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	9.179	258	191	82	369	10.079	8.504
Total	<u>9.179</u>	<u>258</u>	<u>191</u>	<u>82</u>	<u>369</u>	<u>10.079</u>	<u>8.504</u>

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não recebimento, como agente de transmissão, poderá acionar o mecanismo de constituição de garantia dos agentes junto ao ONS.

8. TÍTULOS DE CRÉDITO A RECEBER

O montante de R\$13.473 em 31 de dezembro de 2024 (R\$10.455 em 31 de dezembro de 2023), refere-se ao saldo a receber da Construtora PLANOVA Planejamento e Construções ("PLANOVA"), decorrente de multa aplicada pelo atraso na entrega do projeto, no valor de R\$10.455, mensurada de acordo com os termos contratuais e tratada em processo arbitral conforme nota explicativa nº 25 e decorrente do adiantamento feito pela Companhia à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do MT, no valor de R\$3.018 (vide Nota Explicativa 28). Tal pagamento refere-se à compensação ambiental cuja responsabilidade é da PLANOVA, conforme Contrato de Prestação de Serviços e Outras Avenças firmado entre as partes, em 01/02/2017. O acordo de parcelamento de dívida firmado entre a Companhia e a PLANOVA prevê a quitação desta obrigação pela PLANOVA com a Companhia no prazo de 3 anos.

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Saldos</u>		
Construtora Planova Planejamento e Construções ("PLANOVA") - processo de arbitragem	10.455	10.455
Construtora Planova Planejamento e Construções ("PLANOVA") - compensação ambiental	3.018	-
Saldo Final	13.473	10.455

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Do total de R\$697 registrados em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.271 em 31 de dezembro de 2023), R\$624 (R\$2.161 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a créditos de imposto de renda retidos na fonte ("IRPJ").

10. IMOBILIZADO

A composição do imobilizado é como segue:

		2024		2023	
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
<u>Administrativo</u>					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.914	(1.614)	300	545
Máquinas/Equipamentos	10%	1.474	(539)	936	1.083
Móveis e utensílios	10%	294	(147)	146	176
Veículos	20%	366	(309)	57	126
Equipamento de informática	20%	639	(530)	109	206
Imobilizado em Andamento	-	170		170	170
		4.856	(3.138)	1.718	2.305
<u>Transmissão</u>					
Edificações e obras	3,6%	8.994	(1.810)	7.184	7.504
Máquinas e equipamentos	2,9%	425.896	(69.197)	356.699	368.911
Móveis e utensílios	2,9%	147	(52)	95	104
Imobilizado em Andamento		1.473		1.473	-
		436.511	(71.059)	365.452	376.519
Total		441.367	(74.196)	367.171	378.824

	2023	Adições	Depreciação acumulada	2024
<u>Administrativo</u>				
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	545	-	(245)	300
Máquinas e equipamentos	1.083	-	(147)	936
Móveis e utensílios	176	-	(29)	146
Veículos	126	-	(68)	57
Equipamento de informática	206	-	(97)	109
Imobilizado em Andamento	170		-	170
Total	2.305	-	(587)	1.718

	2023	Adições	Depreciação acumulada	2024
<u>Transmissão</u>				
Edificações e obras	7.504	-	(319)	7.184
Máquinas e equipamentos	368.911	-	(12.211)	356.699
Móveis e utensílios	104	-	(9)	95
Imobilizado em Andamento	-	1.473	-	1.473
	<u>376.519</u>	<u>1.473</u>	<u>(12.540)</u>	<u>365.452</u>
 Total	 <u>378.824</u>	 <u>1.473</u>	 <u>(13.127)</u>	 <u>367.171</u>

Bens de direito de uso compreendem, substancialmente imóveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 17. Em 2024, não houve adição.

11. INTANGÍVEL

O intangível é representado pela aquisição de softwares e servidões. A movimentação foi como segue:

	2023	Adições	Depreciação	2024
Software	90	149	(78)	161
Servidões	50.535	0	(2.263)	48.272
	<u>50.625</u>	<u>149</u>	<u>(2.341)</u>	<u>48.433</u>

A rubrica Servidões representa o valor desembolsado pela Companhia para obtenção da utilização de terrenos de terceiros. As servidões são amortizadas pelo método linear a uma taxa anual de 3,7% calculada com base no prazo remanescente da concessão, após a entrada em operação comercial.

O grupo de software é amortizado a uma taxa de 20% ao ano.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

O saldo de Obrigações trabalhistas representa o saldo de férias dos funcionários e imposto de renda sobre a folha a pagar.

	31.12.2024	31.12.2023
Provisão de férias	538	477
Imposto de renda sobre folha de pagamento	322	124
Provisão de Bônus	1.851	1.302
Total	<u>2.711</u>	<u>1.903</u>

13. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024, a composição foi como segue:

Tipo	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	2024	2023
BNDES	381.832.000	IPCA + 2,98% + 1,89%	dez/18	Ago/42	431.964	430.104

A movimentação foi como segue:

	2024	2023
Saldos Iniciais	430.104	427.563
Juros e correção monetária	43.102	42.576
Pagamento de juros	(22.085)	(22.034)
Pagamento de principal	(19.157)	(18.001)
Saldo Final	431.964	430.104
Circulante	20.872	19.564
Não circulante	411.092	410.540
Total	431.964	430.104

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	2024
Circulante	20.872
2026	22.393
2027	24.352
2028	26.499
2029	28.853
Após 2029	308.995
Total	431.964

Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento no montante total de R\$381.832 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES (Linha - FINEM), dividido em 2 (dois) subcréditos no valor de R\$190.916.

O financiamento é amortizável em 269 parcelas mensais e consecutivas a partir de abril de 2020 e com vencimento final em 15 de agosto de 2042. Sobre o empréstimo incidem (i) encargos de IPCA, calculado de forma “pro rata temporis”, (ii) taxa de juros pré-fixada de 2,98% ao ano e, (iii) Spread do BNDES de 2,13% ao ano.

Em junho de 2022, a companhia obteve o “completion” financeiro e realizou a exoneração da fiança bancária. A partir de então, a companhia tem a obrigação de cumprir o ICSD mínimo de 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias.

No exercício de 2024, o ICSD é de 1.8x.

Outras garantias ao financiamento incluem o penhor de 100% das ações da Companhia, os recebíveis da concessão e a conta reserva equivalente a 3 (três) vezes o valor da primeira prestação mensal da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato, conforme demonstrado na rubrica Aplicação Financeira - Conta Reserva - BNDES.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente quanto às obrigações contratuais estabelecidas no contrato de financiamento.

14. PARTES RELACIONADAS

	2024	2023
A Receber e resultado: (a)		
Santa Maria Transmissora de Energia S.A.	682	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	48	-
Linha Verde II S.A.	1.052	-
	<u>1.782</u>	<u>-</u>
Dividendos: (b)		
Verene Energia S.A.	9.167	8.498

(a) O saldo refere-se aos valores rateados em 2024, conforme contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura.

(b) Dividendos mínimos obrigatórios conforme nota explicativa nº 20.

14.1. Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$2.055 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.771 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “despesas gerais e administrativas”. Não existem planos de opções de ações como parte da remuneração dos diretores.

15. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O valor de R\$2.389 em 31 de dezembro de 2024 (R\$3.428 em 31 de dezembro de 2023), se refere principalmente ao saldo de valores antecipados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ainda não compensados nos avisos de cobrança emitidos pelo ONS. O valor antecipado pela CCEE é amortizado através dos avisos de créditos para recebimento da RAP mensal enviados à Companhia.

	31.12.2024	31.12.2023
Saldos		
Adiantamento de Clientes	2.389	3.428
Saldo Final	<u>2.389</u>	<u>3.428</u>

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Refere-se ao saldo a pagar dos contratos de arrendamento em que a Companhia figura como arrendatária ou locatária.

	31.12.2024	31.12.2023
Obrigações de arrendamento - Imóveis	279	481
Saldo Final	<u>279</u>	<u>481</u>
Circulante	279	263
Não Circulante	-	218
Total	<u>279</u>	<u>481</u>

<u>Movimentação</u>	<u>Saldos Iniciais</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Juros</u>	<u>Saldos Finais</u>
Contratos de aluguel	481	-	(271)	69	279

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, está demonstrada conforme a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro antes do IR e CSLL	19.810	16.110
Alíquotas Vigentes	34%	34%
Valores esperados	6.735	5.477
Incentivo Fiscal	(2.301)	(1.404)
Outros	(2.916)	(2.104)
IR e CSLL efetiva	<u>1.518</u>	<u>1.969</u>
Taxa efetiva	8%	12%

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (R\$16.715 em 31 de dezembro de 2024 e R\$17.238 em 31 de dezembro de 2023) originam-se, substancialmente, dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R\$153.714, está representado por 153.714 ações ordinárias de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia em 2024 era:

	<u>2024</u>
<u>Acionista</u>	
Verene Energia S.A.	153.714
Total	<u>153.714</u>

No exercício de 2024 foram declarados e provisionados, reserva legal (5% do Lucro Líquido) e os dividendos mínimos obrigatórios (25% do Lucro Líquido), conforme previsto no estatuto da Companhia. O saldo restante foi contabilizado na reserva de lucros conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido societário do exercício	41.017	37.258
(-) Reserva legal - 5%	(2.051)	(1.863)
(-) Reserva de incentivo fiscal - SUDAM (i)	(2.301)	(1.404)
Base de cálculo para dividendo mínimo obrigatório - 25%	36.665	33.991
(-) Dividendos Mínimos obrigatórios	(9.167)	(8.498)
(-) Reserva de Lucros	<u>(27.499)</u>	<u>(25.493)</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou lucro fiscal, fazendo uso do incentivo fiscal federal no valor de R\$2.301 (R\$1.404 em 31 de dezembro de 2023), que garante a redução de 75% do imposto de renda, concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Esses incentivos são registrados na rubrica de "Reserva de incentivos SUDAM".

Em 2024, a Companhia pagou dividendos no valor de R\$39.000 com base nas seguintes fontes:

- (i) R\$8.498 dos dividendos mínimos obrigatórios oriundos do resultado de 2023, (ii) R\$30.502 das reservas especiais de lucros.

A reserva de deságio de investimento no valor R\$896, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi contabilizada pela Egecon Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. ("Egecon") quando da compra da Companhia em 26 de junho de 2017. Na mesma data, a Egecon foi incorporada na Companhia.

19. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	41.017	37.258
Quantidade de ações	153.714	153.714
Lucro por lote de mil ações	<u>266,84</u>	<u>242,38</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Disponibilização do Sistema de Transmissão	105.209	101.096
Outras receitas	469	-
	<u>105.678</u>	<u>101.096</u>
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(9.732)	(9.351)
Quota para pesquisa e desenvolvimento	(913)	(907)
Encargos do consumidor	(416)	(375)
	<u>(11.061)</u>	<u>(10.633)</u>
Saldo final	<u>94.617</u>	<u>90.463</u>

21. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Custos Operacionais	2024	2023
Pessoal	(2.897)	(2.719)
Pró-Labore	(323)	(364)
Serviços de terceiros	(5.199)	(4.249)
Arrendamento e aluguéis	(257)	(210)
Depreciações e amortizações	(14.802)	(14.802)
Viagens e estadias	(216)	(206)
Outros	(1.364)	(1.052)
Total	<u>(25.058)</u>	<u>(23.601)</u>

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas Administrativas	2024	2023
Pessoal	(4.562)	(5.600)
Pró-Labore	(1.238)	(1.971)
Serviços de terceiros	(956)	(895)
Arrendamento e aluguéis	(272)	(203)
Seguros	(787)	(814)
Depreciações e amortizações	(867)	(979)
Viagens e estadias	(56)	(40)
Outros	(456)	(779)
Total	<u>(9.193)</u>	<u>(11.281)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2024	2023
Receitas sobre aplicações	2.374	3.416
PIS/COFINS sobre receita	(176)	(169)
Outras receitas financeiras	484	4
Total de receitas financeiras	2.682	3.252
Juros sobre empréstimo - BNDES	(42.629)	(42.190)
Outras despesas financeiras	(607)	(533)
Despesas financeiras	(43.236)	(42.723)
Resultado financeiro líquido	(40.554)	(39.471)

24. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2024, a companhia é beneficiária das seguintes apólices de seguro:

	Vigência	Limite Máx. Indenizável
Responsabilidade Civil (*)	15.12.2024 a 20.12.2025	50.000
Riscos operacionais (*)	15.12.2024 a 20.12.2025	72.000
"Directors and Officers" (*)	28.07.2024 a 28.01.2026	50.000
Seguro de Conteúdo Escritório RJ	05.03.2025 a 05.03.2026	2.000
Fiança Locatícia Escritório RJ	01.11.2020 a 31.10.2025	68

(*) Estas apólices cobrem as coligadas da Companhia.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para eventuais sinistros considerando a natureza de suas atividades; para cobrir danos a terceiros, incluindo seus funcionários, além de seus bens tangíveis atrelados à concessão, inclusive as linhas de transmissão do projeto. Adicionalmente, a companhia possui cobertura de seguro de diretores e administradores - "Directors and Officers - D&O".

25. PROVISÕES PARA RISCOS

25.1. Contingências de natureza cível

Existem contingências cíveis cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia, com o subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível. Para estas, não foi constituída provisão, no valor de R\$268, referente aos 08 (oito) processos de servidão administrativa.

25.2. Processo Construtora Planova

Segue em curso o procedimento arbitral instalado em 30 de setembro de 2019 contra a construtora PLANOVA e seus acionistas, cujo risco de perda é avaliado pelos advogados da Companhia como possível. Em 2024, as partes manifestaram-se sobre a documentação necessária para a realização de perícia, apresentaram parecer técnico, participaram da audiência de instrução e continuaram a se manifestar sobre a documentação e laudos apresentados ao longo dessas etapas. Aguarda-se a decisão do Tribunal Arbitral quanto à arguição da Planova sobre a nulidade da perícia realizada.

Em 1º de Fevereiro de 2017, a PLANOVA e a Companhia celebraram os contratos de Engenharia, Fornecimento, Construção e Outras Avenças ("EPC") e de Desenvolvimento, por meio do qual a PLANOVA se comprometeu a desenvolver e a executar, por preço fixo e na modalidade "turn-key", todas as atividades de autorização, licenciamento, engenharia e construção necessários à implantação de linha de transmissão no Mato Grosso ("Projeto"), incluindo o fornecimento de todos os bens, equipamentos, materiais, pessoal e serviços.

Nos termos dos contratos, o "Commercial Operational Date - COD") ou a data de entrada em operação comercial do Projeto, deveria ser atingido, impreterivelmente, até o dia 31 de dezembro de 2018, sob pena de imposição da multa prevista na Cláusula 10.5 do contrato de EPC. O COD, porém, somente foi atingido em 6 de junho de 2019, o que, nos termos do Contrato, faria incidir a referida multa contratual. A Planova alega, entretanto, que a multa não seria devida e que, ademais, teria direito à indenização pelos valores adicionais incorridos por ela durante a execução do Projeto.

A seguir, são demonstrados os valores envolvidos na arbitragem

a) Pleitos Santa Lucia e Terna totalizam históricos R\$31.264, dos quais: (i) R\$31.057 se referem à multa da cláusula 10.5 do contrato EPC e (ii) R\$206 são referentes ao reembolso com despesas pagas à TME em set/2019. Os valores (i) e (ii), atualizados pelo IPCA e acrescidos de juros de 1% ao mês, desde as datas de 01.07.2019 e 01.09.2019, respectivamente, correspondem a (i) R\$72.011 e (ii) R\$477. No entanto, do valor da multa (i), deve ser subtraído o valor retido pela Santa Lucia no curso do contrato, que corresponde ao valor histórico de R\$16.738.

b) Pleitos PLANOVA e Krasis Participações S.A., a sua acionista controladora: devolução dos valores históricos retidos, de R\$16.738. O valor do pleito atualizado pelo IPCA e acrescido de juros de mora de 1% desde junho de 2019 e multa de 2%, conforme pedido de Planova e Krasis, totaliza R\$38.814. Custos adicionais totalizam históricos R\$53.069, que, com atualização pelo IPCA e juros de 1% ao mês desde o requerimento de arbitragem, correspondem a R\$121.238."

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 27 de Janeiro de 2025, a Companhia e a Planova firmaram Instrumento Particular de Confissão e Parcelamento de Dívida com Garantia, em que foram estabelecidos os termos e condições para o pagamento, da Planova à Companhia, do adiantamento feito pela Companhia à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do MT, no valor de R\$3.018 (vide Nota Explicativa 8).

27. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias e para fins regulatórios a Companhia seguiu a regulamentação regulatória determinada pelo Órgão Regulador apresentada no MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória.

Balço patrimonial societário e regulatório - ativo

Contas	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<u>Ativos circulantes</u>							
Caixa e equivalentes de caixa		3.849	-	3.849	11.274	-	11.274
Adiantamentos a fornecedores		1.231	-	1.231	511	(5)	506
Concessionarias e Permissionárias		10.080	-	10.080	8.504	-	8.504
Tributos a compensar		697	-	697	2.271	-	2.271
Almoxarifado operacional		-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas		1.782	-	1.782	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		33	15	48	717	252	969
Ativo da Concessão - Ativo de contrato	(i)	-	95.225	95.225	-	91.260	91.260
Outros créditos a receber		28	(15)	13	253	(247)	6
Total dos ativos circulantes		17.700	95.225	112.925	23.530	91.260	114.790
<u>Ativos não circulantes</u>							
Títulos de crédito a receber		13.473	-	13.473	10.455	-	10.455
Impostos Diferidos		16.715	(16.715)	-	17.238	(17.238)	-
Aplicação financeira - Conta reserva BNDES		11.558	-	11.558	12.106	-	12.106
Depósitos e cauções		68	-	68	68	-	68
Ativo da Concessão - Ativo de contrato	(i)	-	718.069	718.069	-	693.318	693.318
Intangível não vinculado à concessão		1.718	-	1.718	2.305	-	2.305
Imobilizado - transmissão	(iv)	365.453	(365.453)	-	376.519	(376.519)	-
Bens de direito de uso		167	-	167	369	-	369
Intangível	(iv)	48.433	(48.272)	161	50.625	(50.535)	90
Total ativos não circulantes		457.585	287.629	745.214	469.685	249.025	718.710
Total dos ativos		475.285	382.854	858.139	493.214	340.285	833.500

Balanço patrimonial societário e regulatório - passivo

Contas	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<u>Passivos circulantes</u>							
Fornecedores		2.865	-	2.865	2.005	-	2.005
Financiamentos		20.872	-	20.872	19.564	-	19.564
Obrigações tributárias e encargos		1.241	-	1.241	1.119	-	1.119
Encargos setoriais		226	-	226	156	-	156
Adiantamento de clientes		2.389	-	2.389	3.428	-	3.428
Obrigações trabalhistas		2.711	-	2.711	1.903	-	1.903
Dividendos		9.167	-	9.167	8.498	-	8.498
Passivo de arrendamento		279	-	279	263	-	263
Partes relacionadas		-	-	-	-	-	-
Outros		296	-	296	-	-	-
Total dos passivos circulantes		40.046	-	40.046	36.935	-	36.935
Financiamentos		411.092	-	411.092	410.540	-	410.540
PIS e COFINS diferidos	(iii)	-	71.210	71.210	-	68.554	68.554
Imposto de renda e contribuições social diferidos	(ii)	-	120.107	120.107	-	102.917	102.917
Passivo de arrendamento		-	-	-	218	-	218
		411.092	191.317	602.409	410.758	171.471	582.229
Capital		153.714	-	153.714	153.714	-	153.714
Reserva legal		13.139	-	13.139	11.088	-	11.088
Reserva de deságio de investimentos		896	-	896	896	-	896
Reserva de lucros	(v)	41.499	1	41.500	44.502	-	44.504
Reserva de incentivo fiscal - SUDAM		6.435	-	6.435	4.134	-	4.134
Reserva de Proventos excedentes da contabilidade societária		(191.538)	191.538	-	(168.815)	168.815	-
Patrimônio líquido	(v)	24.145	191.539	215.684	45.521	168.815	214.336
Total dos passivos e patrimônio líquido		475.283	382.856	858.139	493.214	340.286	833.500

Demonstração do resultado do exercício

Nota	2024			2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade	105.678	28.716	134.394	101.096	27.252	128.348
Disponibilização do sistema de transmissão	105.678	28.716	134.394	101.096	27.252	128.348
Tributos	(9.732)	(2.656)	(12.388)	(9.351)	(2.521)	(11.872)
PIS	(1.736)	(474)	(2.210)	(1.668)	(450)	(2.118)
COFINS	(7.996)	(2.182)	(10.178)	(7.683)	(2.071)	(9.754)
Encargos	(1.329)	-	(1.329)	(1.282)	-	(1.282)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(416)	-	(416)	(375)	-	(375)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(913)	-	(913)	(907)	-	(907)
Receita líquida	(vi) 94.617	26.060	120.677	90.463	24.731	115.194
Custos e despesas	(viii) (34.252)	13.330	(20.922)	(34.882)	14.803	(20.079)
Pessoal	(9.020)	-	(9.020)	(10.653)	-	(10.653)
Material	-	-	-	(6)	-	(6)
Serviços de terceiros	(6.154)	(3.053)	(9.207)	(5.144)	(1.127)	(6.271)
Arrendamento e aluguéis	(529)	1	(528)	(412)	-	(412)
Depreciação e amortização	(15.670)	14.803	(867)	(15.782)	14.803	(979)
Seguros	(787)	-	(787)	(814)	-	(814)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.092)	1.579	(513)	(2.071)	1.127	(944)
Resultado da Atividade	60.365	39.390	99.755	55.581	39.534	95.115
Resultado Financeiro	(40.554)	-	(40.554)	(39.471)	-	(39.471)
Receitas financeiras	2.682	-	2.682	3.252	-	3.252
Despesas financeiras	(43.236)	-	(43.236)	(42.723)	-	(42.723)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	19.811	39.390	59.201	16.110	39.534	55.644
Despesa com impostos sobre o lucro	(1.518)	(16.666)	(18.184)	(1.969)	(16.417)	(18.386)
Imposto de renda e contribuição social	(1.518)	(16.666)	(18.184)	(1.969)	(16.417)	(18.386)
Lucro do exercício	18.293	22.724	41.017	14.141	23.117	37.258

A seguir são detalhadas a natureza e as explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia adota nas suas demonstrações financeiras societárias, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes, e a orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Com base nesse modelo, a receita anual permitida é composta por uma parcela que remunera o ativo da concessão constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear, quando ocorrer a fase de operação.

As receitas de implementação da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, são contabilizadas pelos seus valores justos com base no que dita o pronunciamento técnico CPC 47, respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que, para fins regulatórios, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes, quando aplicável.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos (PIS e COFINS diferidos)

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que, para fins regulatórios, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do pronunciamento técnico CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado e/ou intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- a) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1).

e) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido regulatório e societário (ICPC 01 (R1))

	2024	2023
Patrimônio líquido regulatório	24.145	45.521
<u>Ativo financeiro da concessão, líquido de PIS e COFINS:</u>		
Do exercício	26.060	24.731
Acumulado do exercício anterior	234.854	210.123
<u>Despesas financeiras capitalizadas: Do exercício (vii)</u>		
Do exercício	-	-
Acumulado do exercício anterior	(24.584)	(24.584)
<u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>		
Do exercício	(16.666)	(16.417)
Acumulado do exercício anterior	(121.763)	(105.346)
<u>Depreciação</u>		
Do exercício	13.330	14.858
Acumulado do exercício anterior	69.589	54.730
<u>Receita de revisão tarifária - RTP (ix)</u>		
Do exercício	-	-
Acumulado do exercício anterior	14.869	14.869
<u>Arrendamentos</u>		
Do exercício	-	(56)
Acumulado do exercício anterior	(527)	(472)
<u>Ajuste de exercícios anteriores:</u>		
Do exercício	-	-
Acumulado do exercício anterior	(3.623)	(3.623)
Patrimônio líquido societário	<u>215.685</u>	<u>214.336</u>

(vi) Receita Líquida

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47. A receita, para fins regulatórios, é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema e transmissão, na fase de operação e os efeitos do pronunciamento técnico CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Despesas financeiras

Os juros sobre empréstimos, líquidos da receita de juros sobre aplicações financeiras, foram capitalizados até o término da construção da linha de transmissão, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 20 - Custos dos Empréstimos e Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Receita de Revisão Tarifária - RTP

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à receita de oriunda da primeira revisão tarifária, conforme Resolução homologatória nº 2.895 de

13 de julho de 2021, emitida pela ANEEL, que resultou em ganho registrado na rubrica de Receita de Revisão Tarifária - RTP nas demonstrações financeiras societárias. Essas receitas foram registradas de acordo com a aplicação do pronunciamento técnico CPC 47. A receita, para fins regulatórios, é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema e transmissão na fase de operação e os efeitos do pronunciamento técnico CPC 47 são desconsiderados. A próxima revisão tarifária ocorrerá no ano de 2026.

Conciliação do lucro societário e regulatório

	2024	2023
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária	41.017	37.258
Receita bruta (CPC 47)	(28.716)	(27.252)
Tributos e encargos – PIS e COFINS (CPC 47)	2.656	2.521
Depreciação e amortização (CPC 47)	(14.803)	(14.803)
Custos operacionais (CPC 47)	1.473	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos (CPC 47)	16.666	16.417
Lucro líquido do exercício regulatório	18.293	14.141